



Diário da Assembleia

LEI N. 7.489, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1962

Dispõe sobre remuneração, pelo Estado, de advogados dativos.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, decreta e eu, Roberto Costa de Abreu Sodré, na qualidade de seu Presidente, promulgo nos termos do artigo 25, parágrafo único, da Constituição Estadual, a seguinte lei:

Artigo 1.º — A partir de 1.º de janeiro de 1963 os advogados que, por nomeação do juiz, funcionarem em processos civis ou criminaes, na qualidade de dativos, para assistência ou defesa de pessoas pobres, serão remunerados pelo Estado.

§ 1.º — A remuneração de que trata este artigo será fixada pelo juiz, após transitar em julgado a sentença final, observada a tabela de honorários elaborada pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo.

§ 2.º — Somente fará jus à remuneração o advogado dativo que acompanhar o processo em todos os seus termos e se conduzir com zelo e diligência no desempenho do encargo.

§ 3.º — Em caso de substituição do advogado dativo, por motivo de justo impedimento, sua remuneração e a do que houver substituído serão fixadas de acordo com os serviços que cada qual tiver prestado.

§ 4.º — Para efeito do disposto neste artigo, deverá ser comprovada, a critério do Juiz, a pobreza da parte assistida pelo advogado dativo.

Artigo 2.º — A remuneração do advogado dativo, fixada na forma do artigo 1.º, ser-lhe-á paga, mediante ofício do juiz do feito, pela repartição competente da Secretaria da Fazenda na respectiva comarca.

Artigo 3.º — Não se aplica o disposto nesta lei às comarcas em que funcionem serviços de assistência judiciária do Estado, com procuradores postos à disposição dos respectivos juizes.

Artigo 4.º — O orçamento do Estado a partir do exercício de 1963, consignará verba destinada a ocorrer às despesas com a execução desta lei.

Artigo 5.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 26 de novembro

de 1962.
Roberto Costa de Abreu Sodré, Presidente.
Publicada na Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 26 de novembro de 1962

Francisco Carlos, Diretor Geral Substituto

RESOLUÇÃO N. 333, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1962

A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo faz publicar a seguinte resolução:

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo resolve:

Artigo 1.º — Fica concedido, a partir de 1.º de outubro e até 31 de dezembro de 1962, um abono mensal de Cr\$ 8.000,00 (oit mil cruzeiros) aos ocupantes de cargos do quadro de pessoal, inclusive interinos, e aos extranumerários da Secretaria da Assembleia Legislativa.

§ 1.º — A contribuição ao Instituto de Previdência do Estado, relativa à pensão mensal, não incidirá sobre o abono de que trata este artigo.

§ 2.º — O abono ora instituído não se computará no cálculo de qualquer vantagem pecuniária.

Artigo 2.º — Ficam ratificadas a partir das datas delas constantes, as apostilas feitas pela Mesa da Assembleia Legislativa, até esta data, nos atos de nomeação e admissão de servidores da Secretaria.

Artigo 3.º — O disposto nos artigos anteriores aplica-se, nas mesmas bases e condições:

I — aos inativos; e
II — aos substitutos que não façam jus ao abono na qualidade de funcionários ou extanumerários.

Artigo 4.º — Fica elevado para Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), a partir do corrente exercício, o valor da contribuição anual destinada, pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, à manutenção da União Parlamentar Interestadual.

Artigo 5.º — Fica concedido um auxílio anual de Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros), a partir do corrente exercício, à Associação dos Funcionários da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo — AFALESP, como contribuição destinada ao atendimento de despesas com o restaurante e café.

§ 1.º — No corrente exercício, o auxílio será pago de uma só vez e será destinado a reforma das instalações e reparamento do restaurante.

§ 2.º — A partir de 1963, o auxílio será pago mensalmente, em duodécimos, e se destinará às despesas de manutenção do restaurante e café.

Artigo 6.º — As despesas decorrentes da execução da presente resolução correrão à conta de verbas próprias do orçamento.

Artigo 7.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 8.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 26 de novembro

de 1962.
Roberto Costa de Abreu Sodré, Presidente
Aluísio Nunes Ferreira, 1.º Secretário
Waldemar Lopes Ferraz, 2.º Secretário

ORDEM DO DIA

PARA A 231.ª SESSÃO ORDINÁRIA, AOS 27 DE NOVEMBRO DE 1962

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

1 — Discussão e votação do Projeto de lei n. 1.312 de 1959 (Autógrafo n. 7952), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Dante Perri, concedendo pensão mensal a D. Nair Baladin Azanha. Incluído na Ordem do Dia sem Parecer, de acordo com o artigo 25 da Constituição do Estado. (Prazo: 28-11-62).

2 — Discussão e votação do Projeto de lei n. 516, de 1960 (Autógrafo n. 7954), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Sólton Borges dos Reis, dando a denominação de "Embaixador Pedro de Toledo" ao Grupo Escolar de Pedro de Toledo. Incluído na Ordem do Dia sem Parecer, de acordo com o artigo 25 da Constituição do Estado. (Prazo: 28-11-62).

3 — Discussão e votação do Projeto de lei n. 536, de 1960 (Autógrafo n. 7955), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Farabullini Júnior, concedendo pensão mensal ao Sr. José Silva. Incluído na Ordem do Dia sem Parecer, de acordo com o artigo 25 da Constituição do Estado. (Prazo: 28-11-62).

4 — Discussão e votação do Projeto de lei n. 602, de 1960 (Autógrafo n. 7957), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Jéthero de Faria Cardoso, concedendo pensão mensal a D. Maria José Ribeiro. Incluído na Ordem do Dia sem Parecer, de acordo com o artigo 25 da Constituição do Estado. (Prazo: 28-11-62).

5 — Discussão e votação do Projeto de lei n. 604, de 1960 (Autógrafo n. 7958), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Jéthero de Faria Cardoso, concedendo pensão mensal a D. Benedita Pereira Prado. Incluído na Ordem do Dia sem Parecer, de acordo com o artigo 25 da Constituição do Estado. (Prazo: 28-11-62).

6 — Discussão e votação do Projeto de lei n. 710, de 1960 (Autógrafo n. 7960), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Padre Godinho, elevando o valor de pensão mensal concedida a D. Ismênia Silveira Araújo. Incluído na Ordem do Dia sem Parecer, de acordo com o artigo 25 da Constituição do Estado. (Prazo: 28-11-62).

7 — Discussão e votação do Projeto de lei n. 978, de 1960 (Autógrafo n. 7965), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Archimedes Lamioglia, concedendo pensão mensal a D. Maria Antonia de Moraes, Srs. João Antonio de Moraes, Alcindo de Moraes Filho e José Benedito de Moraes. In-

cluído na Ordem do Dia sem Parecer, de acordo com o artigo 25 da Constituição do Estado. (Prazo: 28-11-62).

8 — Discussão e votação do Projeto de lei n. 1.092, de 1960 (Autógrafo n. 7967), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Jéthero de Faria Cardoso, concedendo pensão mensal a D. Rosalia Silveira da Costa. Incluído na Ordem do Dia sem Parecer, de acordo com o artigo 25 da Constituição do Estado. (Prazo: 28-11-62).

9 — Discussão e votação do Projeto de lei n. 1.093, de 1960 (Autógrafo n. 7968), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Jéthero de Faria Cardoso, concedendo pensão mensal a D. Salvatina Maria de Jesus. Incluído na Ordem do Dia sem Parecer, de acordo com o artigo 25 da Constituição do Estado. (Prazo: 28-11-62).

10 — Discussão e votação do Projeto de lei n. 1.166, de 1960 (Autógrafo n. 7970), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Sólton Borges dos Reis, dando a denominação de "Professor Benedito de Moraes Camargo" ao Grupo Escolar de Parapuã. Incluído na Ordem do Dia sem Parecer, de acordo com o artigo 25 da Constituição do Estado. (Prazo: 28-11-62).

11 — Discussão e votação do Projeto de lei n. 1.321, de 1960 (Autógrafo n. 7974), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Archimedes Lamioglia, concedendo pensão mensal a D. Faustina Barra Rosa. Incluído na Ordem do Dia sem Parecer, de acordo com o artigo 25 da Constituição do Estado. (Prazo: 28-11-62).

12 — Discussão e votação do Projeto de lei n. 1.331, de 1960 (Autógrafo n. 7976), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Dante Perri, declarando de utilidade pública o "C.I.P.E. Futebol Clube" de Cotia. Incluído na Ordem do Dia sem Parecer, de acordo com o artigo 25 da Constituição do Estado. (Prazo: 28-11-62).

13 — Discussão e votação do Projeto de lei n. 1.342, de 1960 (Autógrafo n. 7943), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Sólton Borges dos Reis, dando a denominação de "Prof. Antonio Martins" ao Ginásio de Ipaçu. Incluído na Ordem do Dia sem Parecer, de acordo com o artigo 25 da Constituição do Estado. (Prazo: 28-11-62).

14 — Discussão e votação do Projeto de lei n. 805, de 1961 (Autógrafo n. 8.021), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Jairo Azevedo, dando a denominação de "Prefeito Nicolau Mauro" à rodovia que liga São Pedro a Aguas de São Pedro. Incluído na Ordem do Dia sem Parecer, de acordo com o artigo 25 da Constituição do Estado. (Prazo: 28-11-62).

15 — Discussão e votação do Projeto de lei n. 259, de 1962 (Autógrafo n. 8.033), vetado totalmente, apresentado pela deputada Conceição da Costa Neves, dispondo sobre o exercício do cargo de Delegado de Polícia. Incluído na Ordem do Dia sem Parecer, de acordo com o artigo 25 da Constituição do Estado. (Prazo: 28-11-62).

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1 — Votação do pedido de retirada do Projeto de lei n. 571, de 1960, apresentado pelo deputado Lopes Ferraz, criando posto de assistência médica sanitária em Altair. Aprovado em 1.ª discussão.

2 — Discussão única adiada e votação do Projeto de lei n. 1.370, de 1961, apresentado pelo deputado Scalamar André Sobrinho, dando a denominação de "Dr. João Pires de Camargo" ao 2.º Grupo Escolar de Vila Xavier, em Araquara. Parecer n. 633, de 1962, da Comissão de Justiça, favorável. Parecer n. 2.871, de 1962, da Comissão de Educação, favorável, com emenda.

3 — 2.ª discussão adiada e votação do Projeto de lei n. 1.358, de 1961, apresentado pelo deputado José Costa, criando delegacia regional de polícia em Adamantina. Pareceres ns. 2.810 e 3.210, de 1962, respectivamente, das Comissões de Serviço Civil e de Finanças, favoráveis.

4 — 2.ª discussão adiada e votação do Projeto de lei n. 94, de 1962, apresentado pelo deputado Lincoln Feliciano, modificando as Leis ns. 465, de 28-9-49, 5.031, de 14-4-59 e 6.533, de 30-11-61, que dispõem sobre proventos dos servidores da justiça aposentados. Com emenda. Parecer n. 1.155, de 1962, da Comissão de Justiça, favorável, com emenda e oferecendo 2 emendas decorrentes de sugestões apresentadas nos termos do artigo 61 do Regimento Interno. Parecer n. 2.370, de 1962, da Comissão de Serviço Civil, favorável ao projeto, à emenda n. 1, à emenda da Comissão de Justiça com subemenda, à 1.ª sugestão de emenda e contrário à 2.ª sugestão de emenda.

5 — 1.ª discussão adiada e votação do Projeto de lei n. 202, de 1961, apresentado pelo deputado Luciano Lepera, substituindo o regime de pecúlio obrigatório para os funcionários municipais, vigente no IPESP, pelo regime obrigatório de pensão mensal estabelecido pela Lei n. 4.832, de 4-9-58. Parecer n. 2.037, de 1961, da Comissão de Justiça, contrário.

6 — Discussão única e votação do Projeto de lei n. 332, de 1962, apresentado pelo deputado Sólton Borges dos Reis, dando a denominação de Professor Primo Ferreira do Ginásio do Marapé, em Santos. Pareceres ns. 1.335 e 2.864, de 1962, respectivamente das Comissões de Justiça e de Educação, favoráveis.

7 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 130, de 1961, apresentado pelo deputado Castelo Branco, criando ginásio em Itapetininga. Pareceres ns. 2.286, e 3.239, de 1962, respectivamente das Comissões de Educação e de Finanças, favoráveis.

8 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 1.284, de 1960, apresentado pelo deputado Chaves de Amarante criando grupo escolar na Vila Silveira, nesta Capital. Pareceres ns. 2.010 e 3.243, de 1962, respectivamente das Comissões de Educação e de Finanças, favoráveis.

9 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 746, de 1961, apresentado pela deputada Conceição da Costa Neves, elevando o valor da pensão concedida a D. Maria da Silva Soares Gomes. Parecer n. 3.128, de 1962, de relator especial, favorável, com emenda. Parecer n. 3.215, de 1962 da Comissão de Finanças, favorável ao Projeto e à emenda.

10 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 917, de 1961, apresentado pelo deputado Costabile Romano, dispondo sobre a inscrição de Preparadores do Ensino Secundário e Normal nos concursos de ingresso de Diretores. Com emendas. Pareceres ns. 344 e 2.888, de 1962, respectivamente das Comissões de Justiça e de Educação, favoráveis ao projeto e à emenda.

11 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 954, de 1961, apresentado pelo deputado Padre Godinho, elevando o auxílio estabelecido para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba. Parecer n. 1.023, de 1962, da Comissão de Educação, favorável. Parecer n. 3.320, de 1962, do relator especial, favorável, com emenda.

12 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 640, de 1956, apresentado pelo deputado Farabullini Júnior, alterando dispositivos da Lei n. 673, de 23-3-50, que dispõe sobre concursos de ingresso ao magistério secundário. Parecer n. 1.321, de 1958, da Comissão de Justiça, favorável.

13 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 490, de 1959, apresentado pelo deputado Jacob Pedro Carolo, criando escola técnica de comércio em Viradouro. Parecer n. 829, de 1960, da Comissão de Justiça, favorável.

14 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 1.042, de 1959, apresentado pelo deputado Cito Albuquerque, criando uma Seção de Lavandarias de Atos e Publicações na Divisão de Pessoal, do Departamento de Administração, da Secretaria da Agricultura. Com emenda. Parecer n. 2.567, de 1959, da Comissão de Justiça, contrário.

15 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 590, de 1961, apresentado pelo deputado Francisco Franco, criando escola de iniciação agrícola em Firaju. Parecer n. 135, de 1962, da Comissão de Justiça, favorável.

16 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 1.011, de 1961, apresentado pelo deputado Almeida Barbosa, transformando em Autarquia a Caixa Beneficente da Guarda Civil. Parecer n. 793, de 1962, de relator especial, favorável.

17 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 643, de 1962, apresentado pelo deputado Araripe Serpa, criando ginásio vocacional no subdistrito do Ipiranga, nesta Capital. Parecer n. 3.413, de 1962, da Comissão de Justiça, favorável.